CURRÍCULO PRESCRITO E TERRITÓRIO VIVIDO: FORMAÇÃO DOCENTE E USO DE FONTES REGIONAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Rafaela Sousa Vieira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0003-6463-2461
Endereço eletrônico: rafavieiraic@gmail.com

José Ricardo Rosa
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0432-7089
Endereço eletrônico: ricardorosaifbaiano@gmail.com

Palavras-chave: Currículo prescrito; formação docente; fontes históricas; performatividade.

INTRODUÇÃO

Em um contexto de políticas curriculares orientadas pela formação por competências, avaliações em larga escala e padronização dos processos educativos, a autonomia docente para pesquisar o território e produzir materiais pedagógicos tende a ser restringida. Embora documentos curriculares contemporâneos valorizem a contextualização e a diversidade sociocultural, persistem práticas centradas em narrativas nacionais ou universalizantes. Nesse contexto, o uso pedagógico de fontes históricas regionais, como inventários, processos judiciais e fotografias, pode aproximar conhecimento escolar, memória social, território e experiências dos estudantes, desde que existam condições formativas, institucionais e pedagógicas para sua utilização.

A pesquisa analisa como a formação docente mediada por políticas curriculares contemporâneas condiciona as possibilidades de utilização pedagógica de fontes históricas regionais e a aproximação entre currículo, memória e território vivido[1].

[1] Neste artigo, "território vivido" é compreendido como o espaço apropriado socialmente pelos sujeitos, marcado por experiências, memórias, relações de pertencimento e práticas cotidianas, não se reduzindo à dimensão administrativa ou geográfica do território.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, de caráter crítico-analítico, vinculada a uma investigação de mestrado em andamento, concentrando-se na relação entre formação docente e uso pedagógico de fontes históricas regionais no ensino de História, sem apresentar, neste momento, dados de intervenção pedagógica ou participação de estudantes.

A análise bibliográfica mobilizou contribuições de Bittencourt (2009), Ball (2005), Freitas (2014), Nóvoa (2012) e Rüsen (2016), A pesquisa documental concentrou-se na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com atenção às orientações relativas ao trabalho com fontes históricas e à articulação entre escalas local, regional, nacional e mundial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados preliminares evidenciam a contradição entre as possibilidades pedagógicas atribuídas às fontes históricas pelos documentos curriculares e as condições necessárias à sua incorporação ao cotidiano escolar. A BNCC valoriza a análise de documentos e vestígios e a articulação entre escalas local, regional, nacional e mundial, entretanto, a prescrição curricular não ensina o docente a localizar documentos, avaliar procedência, identificar sujeitos, compreender linguagens, contextualizar relações de poder ou adaptar fontes para estudantes da Educação Básica. Também não assegura tempo de planejamento, acesso a arquivos, equipamentos, apoio institucional ou materiais didáticos.

A utilização de documentos em sala de aula requer a articulação entre saber histórico e saber pedagógico. Nessa perspectiva, a fonte histórica não pode ser reduzida a um recurso ilustrativo (Bittencourt, 2009), mas deve ser tratada como evidência produzida em circunstâncias específicas, atravessada por intenções, silêncios e relações de poder. Tal compreensão aproxima-se da concepção de aprendizagem histórica desenvolvida por Rüsen, para quem “a história não é o passado. É a construção de um sentido na inter-relação do presente com o passado, repleto de significados” (Rüsen, 2016, p. 19). Assim, o trabalho com fontes regionais pode favorecer a construção de interpretações fundamentadas sobre as experiências humanas no tempo.

Essa compreensão exige formação próxima dos procedimentos da pesquisa histórica: identificação da natureza documental, formulação de perguntas, crítica de autoria e

temporalidade, confronto entre registros, contextualização e construção de interpretações fundamentadas. No plano didático, exige selecionar excertos, produzir transcrições, formular atividades investigativas e adequar a documentação às condições de leitura dos estudantes.

A dificuldade em trabalhar com fontes regionais não deve ser interpretada exclusivamente como deficiência individual do professor. Ela se relaciona a processos formativos que oferecem pouco espaço para pesquisa em arquivos, história local e produção autônoma de materiais pedagógicos, bem como a condições de trabalho marcadas por carga horária extensa, pouco tempo de planejamento e múltiplas demandas administrativas e avaliativas. Nesse sentido, Nóvoa argumenta que a formação docente precisa ocorrer "[...] a partir de dentro da profissão" (Nóvoa, 2012, p. 13), reforçando o papel dos próprios professores na construção de seus saberes e práticas.

Esse cenário se agrava quando a formação inicial e continuada é orientada prioritariamente pelo desenvolvimento de competências, pelo cumprimento de habilidades previstas na BNCC e pela preparação para processos avaliativos padronizados. Nessas condições, o professor tende a ser formado para aplicar prescrições curriculares e atingir metas de desempenho, e não para pesquisar o território, acessar acervos documentais, interpretar fontes históricas e produzir materiais pedagógicos contextualizados. Para Ball (2005), as políticas educacionais contemporâneas produzem culturas de performatividade que subordinam o trabalho docente a indicadores, metas e mecanismos de controle. Em articulação com Freitas (2014), essa lógica contribui para a padronização curricular e para a redução da autonomia pedagógica, aproximando a formação docente de um treinamento técnico orientado por resultados.

A performatividade também produz efeitos sobre o cotidiano do trabalho docente. A centralidade atribuída aos indicadores de desempenho, metas e avaliações tende a intensificar tarefas burocráticas de registro, monitoramento e prestação de contas, reduzindo o tempo destinado ao planejamento, à pesquisa e à elaboração de práticas pedagógicas contextualizadas.

No ensino de História, a formação histórica precisa oferecer condições para que o professor compreenda como o conhecimento é produzido, reconheça disputas de memória e interprete criticamente narrativas curriculares. Ao trabalhar com fontes regionais, ele não apenas diversifica recursos didáticos: seleciona quais experiências serão reconhecidas como parte da História ensinada e interfere nas formas pelas quais os estudantes percebem a si mesmos e à comunidade.

A seleção de fontes locais não é neutra: pode reforçar narrativas tradicionais ou favorecer experiências marginalizadas. Documentos regionais possibilitam abordar escravidão e pós-abolição, relações de trabalho, propriedade, família, gênero, desigualdades sociais, religiosidades, criminalidade, sociabilidade e transformações do território, relacionando processos amplos a experiências produzidas no sudoeste baiano.

Transformar esses documentos em materiais escolares exige mediações. Muitos apresentam linguagem jurídica, caligrafia difícil, extensão elevada e informações que precisam ser contextualizadas. A simples reprodução de uma página de arquivo não garante aprendizagem histórica. Cabe ao professor construir o problema, selecionar evidências, oferecer informações contextuais e organizar procedimentos que permitam aos estudantes elaborar interpretações próprias.

A relação entre autonomia e currículo também se mostra decisiva. A BNCC pode funcionar como limite ou possibilidade: se interpretada rigidamente, favorece práticas orientadas pelo cumprimento de habilidades, porém, suas referências à análise de fontes e à articulação de escalas históricas podem legitimar práticas contextualizadas. A autonomia pedagógica, contudo, depende de tempo, apoio da gestão, acesso a acervos, diálogo com a comunidade e reconhecimento do trabalho intelectual docente. Sem essas condições, sua defesa abstrata transfere ao professor responsabilidades que pertencem também às políticas de formação, às redes de ensino e às instituições de preservação da memória.

CONCLUSÕES

Os resultados parciais permitem concluir que a incorporação de fontes históricas regionais ao ensino de História não depende apenas da disponibilidade de documentos em arquivos e centros de memória, mas das condições formativas e institucionais que possibilitam sua transformação em conhecimento histórico escolar. A análise da literatura e dos documentos curriculares evidencia que o trabalho com essas fontes exige articulação entre conhecimento historiográfico, crítica documental, mediação didática, memória social e compreensão do território.

Conclui-se, portanto, que a tensão entre currículo prescrito e território vivido revela um problema simultaneamente curricular, formativo e político. Embora a BNCC ofereça referências para o trabalho com fontes e para a articulação entre diferentes escalas históricas, sua efetivação depende de políticas de formação inicial e continuada, de condições de

trabalho adequadas e da ampliação do acesso aos acervos documentais.

Como contribuição deste estudo, destaca-se a defesa de uma aproximação mais sistemática entre escolas, universidades, arquivos e centros de memória, de modo a democratizar o acesso à documentação regional e fortalecer práticas de ensino comprometidas com a pesquisa histórica e com a realidade social dos estudantes. A defesa do uso de fontes regionais implica a defesa de uma formação docente crítica, investigativa e territorializada, em oposição a modelos de formação reduzidos ao treinamento técnico orientado por competências e resultados avaliativos.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539–564, set./dez. 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379–404, abr./jun. 2014.

NÓVOA, António. Devolver a formação de professores aos professores. **Cadernos de Pesquisa em Educação,** Vitória, ES, v. 18, n. 35, p. 11–22, jan./jun. 2012.

RÜSEN, Jörn. A Função da Didática da História: a relação entre a Didática da História e a (meta) História**.** In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; MARTINS, Estevão de Rezende (org.). Jörn Rüsen: **contribuições para uma teoria da didática da História**. Curitiba: W. A. Editores, 2016. p. 13–26.